Cassação quebra tradição da Casa de evitar punição de parlamentares ⁷⁶

Oito casos são exemplos de que o Senado, historicamente, optou pelo corporativismo

BRASÍLIA – A cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) quebrou a tradição do Senado de evitar a punição de parlamentares envolvidos em escândalos. Oito casos de senadores são exemplos de que a Casa, historicamente, preferiu optar pelo corporativismo, em vez de permitir a punição com a perda ou a suspensão de mandato.

Pai do ex-presidente Fernando Collor, o senador Arnon de Mello não sofreu nenhuma sanção depois de ter matado em plenário o senador Kairala José Kairala, em 1963.

Ele chegou a ser detido, mas voltou e tornou-se vice-líder do PDC.

Acusado de pedir propina a um empresário, Wilson Campos, da Arena, foi inocentado em 1975. Ele só perdeu o man-

dato porque foi cassado pelo presidente Ernesto Geisel, com base no AI-5. Campos foi acusado pelo então presidente do Banco de Desenvolvimento de Pernambuco (Bandepe), Carlos Alberto Menezes, de ter pedido propina para facilitar um financiamento por meio do banco.

Em 1994, foi a vez do senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), envolvido na máfia do Orçamento, ser absolvido. Ele foi acusado pela CPI do Orçamento de ter desviado US\$ 620 mil destinados à fundação controlada por ele, a JR Aragão. Foram identificados US\$ 309 mil depositados em suas contas pela em-

preiteira Mendes Júnior. Dos 56 senadores presentes na sessão realizada em 1994 para apreciar o caso, apenas 28 votaram pela cassação, 19 apoiaram Aragão e 9 se abstiveram.

O senador Carlos Alberto de Carli (PMDB-AM), eleito em 1986, também não sofreu punição, mesmo tendo um extenso currículo de irregularidades: condenação por estelionato, processos na Fazenda Pública por sonegação de impostos, processo por crime pelo desvio desses processos, ligações com incêndios suspeitos, denúncias de desvios de bens e acusações de transferir o controle acionário da Capemi para seu nome.

O Senado não deu licença à Justiça para processar o senador Ronaldo Cunha Lima, eleito pelo PMDB,

por tentativa de assassinato em 1994. Na época governador da Paraíba, Cunha Lima disparou dois tiros em um restaurante contra Tarcísio Burity, que era seu adversário político.

ATÉ
ASSASSINATO
FOI
PERDOADO

Um dos casos mais emblemáticos de corporativismo é o que envolve o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), já morto. Ele só pôde continuar a exercer a função depois que o Senado votou uma lei concedendo-lhe anistia. Ele teve o registro da candidatura cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 1994 por usar a gráfica do Senado para imprimir calendários distribuídos aos eleitores em sua campanha. Logo ao assumir, em 1995, o atual senador Ernandes Amorim (PPB-RO), acusado de envolvimento com o tráfico de drogas, também foi salvo de processo. (Gilse Guedes)